



Universidade
Estadual de
Londrina

ALLAN VIEIRA LINO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRECARIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO PELO PSS NO PARANÁ**

LONDRINA
2012

ALLAN VIEIRA LINO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRECARIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO PELO PSS NO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina – UEL como requisito parcial do título de bacharel em Ciências Sociais.

Profa. Orientadora Ms. Adriana de Fátima Ferreira.

LONDRINA
2012

ALLAN VIEIRA LINO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PELO
PSS NO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Ciências
Sociais da Universidade Estadual de
Londrina.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Adriana de Fátima Ferreira
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Adriana Regina de Jesus
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Ileizi Luciana Fiorelli Silva
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, ____ de _____ de ____.

A Gabriella, pelo amor,
companheirismo e eterno carinho. Aos
meus pais, pelo amor, empenho e
dedicação ao longo da minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força e auxílio nos momentos difíceis.

Aos meus pais, Marli Vieira Lino e Wladimir dos Santos Lino, assim como meu irmão Dany Vinicius Vieira Lino, pelo estímulo, afeto e apoio nos momentos mais imprescindíveis e fundamentais da minha vida.

A Gabriella Mendonça, minha noiva, companheira e amiga, pelo carinho, amor, dedicação, paciência e compreensão, sem a qual, esta vitória não seria possível.

Ao minha orientadora Profa. Adriana Ferreira, amiga e grande mestre, que me passou seus valiosos ensinamentos e conhecimentos, sendo fundamental na minha trajetória acadêmica.

A todos os professores que contribuíram ao meu aprendizado.

A todos os meus colegas de faculdade, ao qual, ao longo destes anos de graduação compartilharam comigo todos os momentos.

Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.

Paulo Freire

LINO, Allan Vieira. **Políticas Públicas e a precarização da educação pelo PSS no Paraná**. 2012. 47 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

A presente pesquisa deste Trabalho de Conclusão de Curso se esforçou no sentido de observar, analisar e estudar a relevância que as políticas públicas educacionais desempenham na quadro educacional brasileiro, assim como nas condições de trabalho do professor contratado em regime de Processo Seletivo Simplificado (PSS) no Estado do Paraná. Tornou-se de notória percepção que o docente contratado em regime PSS está exposto a uma série de fatores que tem, lamentavelmente, conduzido-o para uma paulatina precarização. A atividade docente, em especial o profissional contratado em regime PSS, tem evidenciado um quadro de completa ausência de políticas públicas adequadas e eficazes para a melhoria da educação. Por vários motivos, a referida pesquisa se debruçou sobre a árdua tarefa de compreender este fenômeno das políticas públicas, da precarização da atividade docente e da educação, podendo-se constatar, ao final, que denominadas políticas públicas educacionais são verdadeiros instrumentos, se bem utilizadas, de planejamento, metas e programas que visam instituir e implementar benefícios sociais almejados pelo corpo social. Assim, é de cristalina apreensão que o Estado Democrático e Social de Direito que elegemos não se coaduna com a precarização da educação e a desvalorização profissional do docente, sendo direito de todos e dever do Estado, inclusive, segundo expressa previsão Constitucional, uma educação pública de qualidade e uma constante valorização do profissional do ensino. Tais valores fundamentais, criados e tutelados pela nossa sociedade, calcados nos pilares da democracia, da justiça social e do bem estar, estão diretamente entrelaçados com o ideal de uma educação boa, preservando-se a relação de ensino-aprendizagem e de valorização profissional para as presentes e futuras gerações.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. Precarização docente. Mal-estar docente. Educação. Ensino-aprendizagem.

LINO, Allan Vieira. **Public Policy and the precariousness of education by PSS in Paraná.** 2012. 47 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ABSTRACT

The research work of this Course Conclusion struggled in order to observe, analyze and study the relevance of educational public policies play in Brazilian education, as well as the working conditions of teachers hired under the Selection Process Simplified (PSS) Paraná State. It became notorious perception that teachers hired under PSS is exposed to a number of factors that has, unfortunately, led him to a gradual impoverishment. The teaching activity, in particular the professional contractor under PSS has shown a complete lack of framework of appropriate public policies and efizazes for improving education. For various reasons, such research has focused on the arduous tarefe to understand this phenomenon of public policy, the casualization of teaching and education, and may be verified at the end, which are denominated policies educacionais real instruments, if used properly, planning, goals and programs that aim to establish and implement social benefits desired by the social body. Thus, it is of concern that the crystalline Democratic and Social State of Law who elect not consistent with the precariousness of education and professional devaluation of teaching, being all right and duty of the State, including, according to Constitutional express provision, public education quality and constant enhancement of professional education. These core values, created and safeguarded by our society, rooted in the pillars of democracy, social justice and welfare are directly intertwined with the ideal of a good education, preserving the relationship of teaching and learning and professional development for present and future generations.

Key words: Public Policy Education. Insecurity in teaching. Teacher malaise. Education. Teaching and learning.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cargos e regimes de professores	33
Tabela 2 – Vínculo e carga horária dos professores.....	35
Tabela 3 – Vencimentos de professores contratados sob regime PSS	36
Tabela 4 – Vencimentos de professores com vínculo efetivo	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMFs – Associação de pais, mestres e funcionários

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPQ – Conselho Nacional de Pesquisa

FHC – Fernando Henrique Cardoso

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIB – Produto Interno Bruto

PNE – Plano Nacional da Educação

PSS – Processo Seletivo Simplificado

SEED – Secretaria de Estado da Educação

PT – Partido Trabalhista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	13
2.1 Contexto histórico das políticas públicas no período da redemocratização.....	14
2.1.1 Projeto Político de Educação no Período da Redemocratização	16
2.2 Políticas Públicas Educacionais no Estado do Paraná	20
3 POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO ATUAL CONTEXTO SOCIAL	25
4 CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR EM REGIME ‘PSS’.....	28
4.1 Precarização da atividade docente e alguns dados quantitativos.....	32
5 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS COMO INSTRUMENTO DE MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso se destina a estudar as políticas públicas e de que modo, em especial, tais políticas podem beneficiar ou prejudicar a educação e as condições de trabalho dos professores contratados sob o regime do Processo Seletivo Simplificado (PSS) no Estado do Paraná.

Ao longo dos anos se tornou notório perceber que as políticas públicas desempenham especial papel no contexto social, sendo elas, por diversas vezes, objetos de debates e discussões nas mais diversas frações e setores da sociedade, pois através delas uma sociedade constrói para si os valores, metas e objetivos que almeja para o corpo social.

Quando se trata de educação, as políticas públicas ganham ainda maior relevância, pois, certamente, elas se destinam a tutelar axiomas fundamentais e essenciais para uma sociedade, assim como objetivam cuidar da formação intelectual de seus cidadãos.

Também deve-se considerar de que modo estas políticas públicas educacionais influenciam nas condições de trabalho dos professores, especificamente, quanto ao professor sob regime PSS, pois tornou-se perceptível que as situações de trabalho deste docente caminha rumo a um esgotamento.

A precarização do trabalho do professor contratado sob o regime PSS tem sido objeto de calorosas discussões e de constantes reivindicações, embora recente, pela categoria profissional. Pois, inúmeros fatores tem conduzido tal atividade ao seu 'mal-estar', revelando a importância de se pensar em políticas educacionais que contribuam para referida profissão docente e, conseqüentemente, para a melhoria da educação.

Os professores contratados em regime PSS encontram, frequentemente, grandes dificuldades profissionais, dentre elas: ausência de identidade com o colégio que leciona, com o corpo discente e até com o corpo docente e administrativo, pois não é professor efetivo daquela escola, possuindo um vínculo precário e temporário; baixa remuneração, pois possui um salário estagnado, não vislumbrando possibilidade de crescimento profissional (conforme a classe) dentro da profissão; falta de autonomia em sala de aula porque, não raro, é chamado para cobrir ausências de professores na metade do período letivo, devendo se ater a dinâmica definida pelo professor anterior, dentre tantos outros fatores.

Tais obstáculos à atividade docente apenas conduzem, como corolário, a precarização da educação, pois representa um reflexo das condições de trabalho dos professores, especificamente, do professor contratado sob regime PSS.

É óbvio que as políticas públicas educacionais são construções sociais, mas feitas por representantes do povo, que nesta qualidade edificam as políticas que mais entenderem oportunas e necessárias a sociedade. Contudo, é impescível compreender em qual contexto político, ideológico e social tais políticas são implementadas.

Frente a esta problemática, cabe ressaltar que o Brasil, assim como vários outros países do mundo, adotou para si o regime político e econômico neoliberal. O Neoliberalismo ganhou força, de modo especial no Brasil, após os anos de 1990 com a eleição de Fernando Collor de Mello e daí para frente tal regime trouxe significativos impactos aos mais diversos setores da sociedade e, também, de modo específico, para a educação brasileira.

Assim, torna-se relevante para a presente pesquisa o estudo e análise das políticas públicas educacionais no regime neoliberal, para apreender quais reflexos este regime trouxe para a educação e para o trabalho docente e de que modo estas políticas públicas podem prejudicar ou beneficiar a educação.

Portanto, frente a problemática proposta no presente estudo, esta pesquisa se destina a árdua tarefa de analisar as políticas públicas educacionais no Estado do Paraná, no atual contexto social em que ela se encontra inserida, assim como se debruçar sobre as condições de trabalho do professor contratado em regime PSS, os fatores de precarização da atividade docente e analisar de que modo referidas políticas podem contribuir para a melhoria da atividade docente e, conseqüentemente, para a educação.

Ademais, é perceptível compreender que as políticas públicas educacionais colaboram de especial modo, se adequadamente utilizadas pelos governantes, para a melhoria do sistema educacional e, conseqüentemente, para a valorização da atividade docente, podendo atenuar, senão evitar a questão inerente: a precarização do trabalho dos professores.

2 CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para que se torne possível a compreensão da relevância das políticas públicas na sociedade, faz-se imprescindível o entendimento minucioso da expressão.

Assim, “Política”¹ é uma palavra de origem grega, “*politikó*”, que se traduz na condição de participação dos indivíduos nas decisões referentes à cidade, a *pólis*. Por sua vez, já a palavra “Pública”² é de origem latina, *publica*, e significa povo, que vem do povo.

Deste modo, etimologicamente, a expressão “políticas públicas” significa participação do povo nas decisões políticas da comunidade, nos rumos da *polis*.

Ao longo da história humana esta participação do povo nas decisões políticas assumiu diferentes feições, ora sendo uma participação popular direta, sob a égide de um regime democrático ou, ao menos, ideologicamente democrático, ora sendo uma participação indireta, mascarada sob o manto do governo representante do povo. Todavia, um agente da história sempre foi indispensável para a constituição das políticas públicas: o Estado.

Portanto, as Políticas Públicas representam um conjunto de atos desencadeados pelo Estado, com o escopo de atender determinados setores da sociedade. Dito de outro modo, por políticas públicas se entende o conjunto de atos, planos, metas e programas do Estado, representado pelos atores políticos eleitos, que visam atender as demandas e anseios da sociedade.

Deve-se salientar, ainda, que com a expansão dos ideais democráticos nos últimos anos, se deu especial importância às questões inerentes as políticas públicas. Pois, a participação popular nas decisões políticas da sociedade tem feito o governo se manifestar, cada vez mais, nos assuntos demandados pelo corpo social.

Neste norte, Celina Souza³ aponta o seu entendimento de políticas públicas, sendo ele:

¹ BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 962.

² Ibid., p. 997.

³ SOUZA, Celina *apud* OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização** numa perspectiva didática. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acessado em 23 de Maio de 2012, p. 2.

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Neste sentido, de forma mais específica, políticas públicas educacionais significam um conjunto de atos, metas e programas do governo (representante do povo) com vistas à melhoria da educação escolar.

Tais políticas públicas educacionais, no âmbito escolar, se inserem num sistema (escola), ao qual, é composto por um processo complexo, pois é constituído por alunos, professores, funcionários, colaboradores, pais, comunidade local/regional e Estado.

Portanto, para Adão Francisco de Oliveira⁴ as “políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem”.

Assim, referidas decisões do governo pertinente as políticas públicas educacionais envolvem questões das mais diversas e relevantes, tais como infraestrutura, gestão escolar, materiais de ensino, formação e qualificação docente, plano de carreira, contratação de profissionais da educação conforme crescimento da demanda, valorização profissional do professor, dentre outras.

É exatamente neste ponto que se insere a importância do presente trabalho, pois a partir do estudo e análise do real contexto social das políticas públicas educacionais no Estado do Paraná, se pretende traçar os principais aspectos e motivos que tem conduzido o trabalho docente à sua precarização crescente.

2.1 Contexto histórico das Políticas Públicas no período da redemocratização

Em 1985, com o fim da ditadura militar no Brasil, elegeu-se o presidente da República, José Sarney numa composição de vários partidos, e os principais eram o PMDB e o PFL. A pasta da Educação ficou nas mãos do então primeiro ministro da

⁴ OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acesso em 23 Maio 2012, p. 5.

Educação, Marco Maciel. Ele foi o primeiro ministro daquele governo, que na época tinha um grande apoio popular, causado pela troca de moedas no Brasil, do Cruzeiro para o Cruzado. Esse plano congelou os preços de bens e prestações para tentar frear a inflação. No primeiro ano do governo realmente tal plano deu certo.

Com isso, Marco Maciel conseguiu a regulamentação da “Ementa Calmon” que reservava 13% dos recursos orçamentários destinados à educação. Ghiraldelli Jr⁵ aponta que “a partir de 1986, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) passou a contar com o segundo orçamento entre os ministérios”. Ele também conseguiu dobrar o número de livros didáticos distribuídos para as escolas públicas de 40 para 80 milhões de exemplares em apenas dois anos. Outros programas do ministro foram a “Nova Universidade”, o “Educação para Todos” e o de “Ensino Técnico”. Porém ele ficou apenas um ano no cargo.

Como o governo do Presidente José Sarney estava numa fase crítica, as forças de Leonel Brizola (PDT) e de Luis Inácio Lula da Silva (PT) estavam se fortalecendo. Os Conservadores buscaram ajuda no então jovem conservador Fernando Collor de Mello (PRN). Ele havia sido governador do Estado de Alagoas. Sua família tinha muito dinheiro e era associada à Rede Globo. A partir daí ele começou a ter o apoio da Rede Globo e usar um discurso de “vingador” contra os “Marajás” (funcionários públicos com altos salários e pouco serviço) e também que iria limpar o “Estado” com um plano de recuperação econômica que salvaria os pobres da pobreza. Com esse discurso contra os “Marajás” e o apoio da Rede Globo Collor conseguiu vencer as eleições, deixando Lula e Brizola para trás.

No início do seu governo, Collor confiscou a poupança dos brasileiros dizendo que seria a única forma de conter a inflação, e que depois de 18 meses o dinheiro seria descongelado. Abriu o mercado brasileiro para o exterior de forma a causar desemprego e falência de muitos empresários.

Enfim, o governo de Collor foi conturbado, fazendo com que sofresse o impeachment. Ghiraldelli Jr⁶ assevera que quando deposto, “Collor deixou para Itamar Franco um país em frangalhos, em particular o MEC e todo o aparato estadual de fomento à cultura, educação e ciências”. O Período de Itamar Franco foi o de restauração política, tanto no MEC quanto nas outras instituições.

Em 1994 Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República

⁵ GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006, p 167.

⁶ Ibid., p. 169.

e reeleito em 1998, permanecendo até 2001. O ex-reitor da UNICAMP, o ministro Paulo Ricardo assumiu a pasta da educação. Entre os principais trabalhos dele, estavam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação. O Governo do FHC foi sem dúvida o que gerou mais planos para a educação.

A Gestão de Fernando Henrique Cardoso inaugurou um sistema de avaliação do ensino básico e do ensino superior. Alguns críticos diziam que esse sistema de avaliação servia para estabelecer um “ranking” para incentivar os melhores centros, escolas e instituições. Porém não houve nenhum movimento de privatização de instituições públicas conforme a oposição afirmava. O sistema de avaliação foi criado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Basicamente foram criados três grandes exames: o SAEB, o ENEM e o “Provão”.

Contudo, pode-se perceber que as políticas neoliberais ganharam ainda mais força a partir do governo FHC, pois embora este governo não tenha optado pela privatização das instituições de ensino, ele limitou os investimentos nos setores da educação, reduzindo custos e cortando gastos. Tais restrições orçamentárias trouxeram como consequência lógica um prejuízo para a educação brasileira.

Também no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi gerado dois tipos de diretrizes para a educação brasileira: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Diretrizes de Ensino. Os PCNs foram bastante comentados pelos professores e foi criada uma coleção de livros com indicações a respeito do que se poderia fazer nas escolas. Já as Diretrizes deveriam ter nutrido os PCNs, mas não foi o que aconteceu.

2.1.1 Projeto Político de educação no período da redemocratização

Primariamente, no que tange ao projeto de educação no período da redemocratização deve-se salientar que, neste contexto histórico-político (pós-período militar), é atribuída à volta da democracia papel fundamental neste quadro social.

A ditadura militar iniciada no Brasil no ano de 1964 durou e se prolongou até o ano de 1985 com o general João Figueiredo, possibilitando a transição ou abertura (almejada pelos militares) lenta, gradual e segura. Assim, já em 1985, a sociedade

liderada pela massa da população se mobiliza amplamente, pela volta à democracia e pelas “Diretas Já”.

Em que pese o movimento das “Diretas Já” não ter logrado êxito o sucessor de Figueiredo foi escolhido indiretamente pelo Colégio Eleitoral, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolheu o deputado Tancredo Neves como novo presidente da República, que adoeceu em seguida chegando a falecer, assumindo seu lugar o Vice-Presidente José Sarney. A partir deste período inicia o contexto histórico de redemocratização de nosso país.

Deste modo, a eleição indireta de Tancredo Neves para presidente da República no Brasil é um marco relevante de nossa história, pois neste momento se dá o fim de 21 anos de ditadura militar e o começo de um período de reconstrução da democracia, com alguns avanços como a Constituição Federal de 1988 e a eleição direta para presidente a partir de 1989.

Segundo sustenta Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier⁷ a década de 80 foi marcada por importantes acontecimentos, tais como:

na esteira da luta pela restauração institucional houve debates, artigos, moções tiradas em congressos e associações de educadores, em prol de mais verbas para o ensino público. Observa-se neste período uma intensa reorganização no campo da educação, com importantes reflexos qualitativos para a reflexão educacional. Várias entidades são criadas, tais como Cedes (Centro de Estudos de educação e Sociedade), a Anped (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação) e Ande (Associação Nacional de Docentes em Educação). [...] A luta pelo ensino público e gratuito ressurgiu com novo alento, ultrapassando até os limites, na nova constituição brasileira. Podemos verificar que o debate sobre uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já vinha sendo realizado desde outubro de 1988. Quando em dezembro do mesmo ano, o projeto em sua versão inicial dá entrada no Congresso, vamos encontrar um texto que reflete um cunho progressista (com contribuições das entidades docentes e inspiradas no texto apresentado pelo professor Dermeval Saviani, que foi incorporado quase que em sua totalidade pelo deputado Octávio Elísio).

Em julho de 1991, o Fórum Nacional em defesa da escola pública, estudou as emendas apresentadas, com o intuito de verificar a mudança (através da LDBEN) dos princípios básicos, como a gratuidade e a laicidade, a democratização para todos em qualquer nível e a qualidade e recursos financeiros.

⁷ XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **História da Educação: A escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994, p 272.

Neste quadro, é relevante ressaltar que todo o projeto de educação almejado neste período de redemocratização brasileira foi positivado, conseqüentemente, como ideal político pedagógico através da Constituição Federal de 1988 e também, especificamente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Assim, a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 estabeleceu que a educação constitui direitos de todos e dever do Estado e da família, sendo fomentada com auxílio da sociedade com fins ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e qualificando-a para o trabalho.

Neste sentido supramencionado, pode-se perceber também que o projeto de educação na redemocratização brasileira, diferentemente do período militar que se apoiava numa educação altamente elitista e voltada para o mercado de trabalho, aqui ela se volta com vistas a acesso global e irrestrito (como dever da família, do Estado e da sociedade como um todo) e pautada no binômio educação científica e técnica, isto é, de formação cidadã e para o trabalho.

Neste diapasão, também se posicionou nesta orientação o importante sociólogo Gaudêncio Frigotto, segundo o qual, para ele a educação deve estar sempre fundamentada na integração entre educação base (científica, emancipatória) e educação técnica (profissionalizante voltada para o mercado), pois seria um erro significativo dissociar a educação de cunho geral (formação cidadã) da formação específica (técnica).

Para o renomado autor⁸ nesta perspectiva, “não procede delimitar o quanto se destina a formação geral e à específica, posto que, na formação em que o trabalho é o princípio educativo estas são indissociáveis e, portanto, não podem ser recortadas quantitativamente”.

A Constituição Federal de 1988, instrumento jurídico-normativo que representou indubitavelmente o instrumento mais significativo de retorno à democracia, trouxe consigo alguns princípios básicos e pilares do que se definiria, a partir de então, como o projeto de educação neste período da redemocratização.

Assim, o artigo 214 da Constituição Federal de 1988⁹, no capítulo destinado

⁸ FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido**. 2005, p. 1009.

⁹ Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

a educação, cultura e ao desporto, prescreve que:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação **para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis**, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: **I** - erradicação do analfabetismo; **II** - universalização do atendimento escolar; **III** - melhoria da qualidade do ensino; **IV** - formação para o trabalho; **V** - promoção humanística, científica e tecnológica do País. **VI** - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (grifo nosso)

Através disso, esperava-se que, diminuísse em grande escala o analfabetismo, que todos tivessem acesso ao ensino escolar, que houvessem melhorias na qualidade do ensino, que tivesse uma formação para o trabalho, que no país com a melhoria do ensino ocorresse a promoção humanística, científica e tecnológica.

Também a LDB (lei n. 9.394/96) trouxe importantíssimas contribuições à educação brasileira, traçando princípios que constituiriam as bases norteadoras do projeto de educação idealizado na redemocratização brasileira, tais como os princípios esculpidos no artigo 3^o¹⁰ da referida lei, sendo eles:

Art. 3^o O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: **I** - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; **II** - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; **III** - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; **IV** - respeito à liberdade e apreço à tolerância; **V** - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; **VI** - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; **VII** - **valorização do profissional da educação escolar**; **VIII** - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; **IX** - garantia de padrão de qualidade; **X** - valorização da experiência extra-escolar; **XI** - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (grifo nosso)

Igualmente, com a elaboração do PNE (Plano Nacional de Educação) que foi aprovado em 10 de fevereiro de 1998, através do Deputado Ivan Valente com o projeto de Lei 4.155, este Plano Nacional da Educação teve como objetivos essenciais: elevar a escolarização da população em nível global, a melhoria da qualidade de ensino para e em todos os níveis, e principalmente, a redução de

¹⁰ Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação**. Brasília: Senado Federal, 1996.

desigualdades sociais e regionais no que diz a permanência na educação pública, e a democratização da gestão do ensino público, com a participação dos profissionais da área da educação, na elaboração de projetos pedagógicos da escola.

Portanto, frente a todas as exposições apresentadas até então (históricas e jurídicas) pode-se visivelmente compreender que o período da redemocratização brasileira trouxe relevantes e expressivas contribuições sociais, diferenciando-se de outros períodos (principalmente o período militar), pois a partir do retorno à democracia o projeto de educação fundamentou-se, essencialmente, ao amplo acesso ao ensino, ao combate as desigualdades (regionais), a valorização das liberdades de pensar, científicas, culturais e artísticas, buscando-se ideais mais equitativos que se aproximassem ao máximo da justiça social perseguida pela sociedade.

2.2 Políticas Públicas Educacionais no Estado do Paraná

Para que se possa compreender, de modo mais específico, as condições de trabalho dos professores contratados em regime PSS e os efeitos decorrentes na educação, é necessário se estudar e avaliar, detidamente, o ponto inerente as políticas públicas educacionais no Estado do Paraná.

Deste modo, para que seja possível apreender as políticas públicas educacionais no Estado do Paraná, também é preciso avaliar as principais posturas político-ideológicas de nossos representantes políticos e a tendência político-pedagógica em vigor no nosso Estado.

Assim, neste ponto, deve-se ressaltar que segundo Ileizi Luciana Fiorelli Silva¹¹,

O processo de reestruturação do sistema de ensino no Paraná, no período de 1991-1998, está sendo marcado pelas tendências internacionais e nacionais, que indicam inflexão no conceito de igualdade social. No caso específico do Paraná o conteúdo das políticas deslocou-se da busca da *escola cidadã* (Paraná, 1992a) para a busca da *escola de Excelência* (Paraná, 1995a). A proposta da *escola cidadã* era associada aos princípios norteadores da política educacional anunciados no governo Requião (1991-

¹¹ SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **Reforma ou Contra-reforma no Sistema de Ensino no Estado do Paraná? Uma análise da meta da igualdade social nas políticas educacionais dos anos 90** In: HIDALGO, Angela Maria; SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90., Londrina: Ed. UEL, 2001. p. 127-166, p. 145.

94) que enfatizam o seguinte: a gestão democrática, o envolvimento da comunidade, a autonomia para a escola elaborar seu projeto pedagógico e a avaliação do desempenho escolar (Paraná, 1992^a, p.9). Na primeira gestão do governo Lerner (1995-98), a proposta de *Escola de Excelência* é associada a metas gerais de conteúdos diferentes do período anterior. Os projetos mais amplos para a reconfiguração do sistema de ensino estadual referem-se sobretudo à busca da excelência da escola, através da gestão compartilhada e da flexibilização dos mecanismos do sistema.

Desta forma, deve-se observar que as políticas públicas traçam metas e programas em conformidade com os planos de governos, isto é, sob cada gestão as metas e finalidades se alteram segundo cada contexto individualmente considerado.

Segundo pontua Ileizi¹²,

A sociedade que se pretende construir foi definida na apresentação do Plano de Ação 1995-1998: A educação do Paraná contribuirá para a construção de uma sociedade democrática, econômica, política e culturalmente participativa, onde o cidadão tenha condições de pleno desenvolvimento individual, comunitário e social mediante processos essenciais e permanentes de educação em todas as modalidades possíveis já propostas ou a serem criadas”.

Ademais, cabe salientar que a partir destes primeiros passos político-pedagógicos (plano de ação 95-98) é possível notar que a educação caminha rumo a um projeto de participação social e comunitário, na qual, sua finalidade prescípua, é garantir ao cidadão um pleno desenvolvimento, isto é, formar um indivíduo crítico, consciente e ativo política, econômica e culturalmente.

Em suma, pode-se resumir este quadro de políticas públicas educacionais neste contexto (91-98) da seguinte forma, segundo Ileizi Silva¹³:

[...] O governo Requião (1991-1994) preservou alguns princípios democráticos em termos de metas anunciadas e criou mecanismos que poderiam potencializar a meta da igualdade social, porém, a maneira de implementá-los revelou limites na concretização da tão sonhada escola cidadã. A gestão Lerner (1995-1998) alterou a terminologia e o conteúdo que vinha predominando desde 1983 na política educacional paranaense, quando passou a utilizar o referencial das teorias administrativas, sobretudo no que se refere a qualidade total. A análise evidenciou o deslocamento da meta da igualdade social para a meta da igualdade de oportunidades, indicando alteração substancial no conteúdo das políticas.

Contudo, deve-se ressaltar que, segundo afirma Ileizi Luciana Fiorelli Silva¹⁴

¹² Ibid., p. 145.

¹³ Ibid., p. 160.

¹⁴ Ibid., p. 161.

as propostas educacionais “desse período de governo (1995-1998) tendem a potencializar a consciência competitiva e individualista e não a consciência igualitária, o que indica, mais uma vez, um movimento de contra-reforma”.

Nosso ideal político-pedagógico de educação vai de encontro a educação pautada na ideia de solidariedade humana, com finalidade de formação cidadã, pleno desenvolvimento e preparação para o mundo de trabalho, segundo, inclusive, expresso texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 2º da lei 9394/1996). Entretanto, conforme trabalhado por Ileizi Fiorelli Silva, o que parece se verificar, no plano fático e histórico, é um ambiente de competitividade e individualismo.

Neste norte também prescreve Eliane Cleide da Silva Czernisz¹⁵ ao asseverar que,

[...] No Estado do Paraná o processo de “democratização e, ao mesmo tempo, de busca de qualidade pela ótica mercadológica, pela descentralização e competitividade na educação já está em discussão e encaminhamento. A Secretaria Estadual de Educação do Paraná propôs projetos como o Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná (PQE) e o Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio no Paraná (PROEM). Ambos os projetos têm como meta a busca de excelência no ensino básico.

Assim, deve-se analisar que a partir da adoção da teoria histórico-crítica, nossa educação (e assim dispõe a LDB) tem que se basear em políticas educacionais voltadas para formação crítica, política e social, ou seja, educação plena, levando-se em consideração a história social e cultural individualmente considerada do sujeito, garantindo-se, portanto, um ensino básico de excelência.

Por sua vez, ainda no governo Lerner, nos anos de 1998 a 2002, as políticas educacionais seguirem o mesmo rumo, ou seja, preponderantemente sob um caráter mercadológico e competitivista.

Neste norte pontua Marlene Lucia Siebert Sapelli¹⁶, ao qual:

¹⁵ CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. “**Gestão Democrática**” da escola: algumas reflexões. In: HIDALGO, Angela Maria; SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **Educação e Estado**: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90., Londrina: Ed. UEL, 2001. p. 203 – 234, p. 218.

¹⁶ SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. **O governo Lerner e a crescente precarização da escola pública no Paraná** (1995 – 2002). Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Educacao/eixo4/14marleneluciasiebertsapelli.pdf>. Acesso em: 31 out. 2012, p. 3 e 4.

[...] As diretrizes dos financiadores de parte da educação formal no Paraná, foram definidas no sentido de priorizar a educação básica com ênfase na formação geral, incentivar um novo modelo de gestão pautada na minimização do Estado, no que se refere à manutenção das instituições públicas de educação e fazer investimentos com enfoque setorial. Nos governos Lerner, as discussões sobre gestão ficam mais acirradas e desencadeiam-se várias estratégias, inclusive de cooptação dos gestores das Escolas e presidentes das APMs. Justificada tal incompetência dos governos, o próximo passo foi contratar pessoas competentes para traçar os novos rumos da Educação. De preferência, sujeitos que tivessem a diretriz mercadológica como parâmetros para ação: os consultores. Talvez nessa perspectiva o governo Lerner possa justificar o investimento de US\$ 20,3 milhões usados na contratação dos mesmos. Esse processo caracteriza bem as bases neotecnicistas na qual o planejamento se separa da execução. Ao se contratar consultores, também se adotou para a gestão do sistema educacional, os princípios das teorias das ciências administrativas e o estímulo à competição. Tal transferência resultou numa situação caótica, uma vez que há diferenças bastante acentuadas entre a Escola e a empresa, principalmente quanto aos objetivos. No documento síntese do PROEM sugere-se que a ciência administrativa e a tecnologia orientem a gestão escolar: no planejamento, na organização, na produção e comunicação de informações, na tomada de decisões, na elaboração do Currículo e na Avaliação do Sistema (PARANÁ, 1996, p. 57). A principal característica dessa adoção dos princípios administrativos da empresa para a gestão escolar foi “*desburocratizar* o espaço escolar, assumindo um gerenciamento mais flexível, capaz de reduzir custos e alcançar resultados mais imediatos que estivessem respondendo, de modo satisfatório, a uma *sociedade globalizada*”

Desta forma, se torna perceptível apreender que o governo Lerner, tentou trazer para a educação do Estado do Paraná políticas educacionais que assegurassem uma maior “eficiência” do sistema, sob uma lógica eminentemente neoliberal, isto é, reduzindo custos, buscando resultados imediatos e sob um enfoque de mercado, flexibilizando gerenciamentos, dentre outros.

Assim, deve-se sublinhar que a política neoliberal tem intervindo, de modo direito, também, sobre as políticas educacionais, revelando seus reais interesses, quais sejam: redução patrimonial do Estado, transferindo serviços públicos de interesse social a setores privados da sociedade, sucateamento do serviço público e forte intervenção econômica sob a esfera do mercado.

O governo de Roberto Requião (2003-2010), ao seu turno, trouxe alguns novos direcionamentos para a educação, apontando políticas educacionais participativas, votadas para uma gestão democrática.

Edimor Antonio Michelin, Isaura Monica Souza Zanardini e Marcia Sabina

Rosa¹⁷ salientam que:

No Estado do Paraná, o Governo Roberto Requião anunciou como princípios da política educacional: a) educação como direito do cidadão, b) universalização do ensino, c) escola pública, gratuita e de qualidade, d) combate ao analfabetismo, e) apoio à diversidade cultural, f) organização coletiva do trabalho e g) gestão democrática (Cf. PARANÁ, SEED, 2007b). Evidencia-se o incentivo à organização e funcionamento, das agora denominadas, Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMFs. O governo Roberto Requião entende que a participação nas APMFs “[...] viabiliza a participação de um número crescente de cidadãos paranaenses na implementação das políticas educacionais.” Afirma-se ainda neste governo que a APMF “[...] prima pela busca de soluções equilibradas para os problemas coletivos do cotidiano escolar, dando suporte a Direção e Equipe, visando o bem estar e formação integral dos alunos” (PARANÁ, SEED, 2007a).

Ademais, ainda que a gestão do governador Roberto Requião tenha se pautado nestes ideais de “gestão democrática”, deve-se ponderar, conforme asseverou Ileizi, que se verifica também aqui um movimento de contra-reforma, na medida que a lógica neoliberal ainda prevalece, pois a escola como democrática, descentralizada e auto-reguladora funda-se num paradoxo a qual limita todos estes fatores no instante em que o modelo de produção submete os indivíduos determinando-os.

¹⁷ MICHELON, Edimor Antonio & ZANARDINI, Isaura Monica Souza & ROSA, Marcia Sabina. **Uma análise das políticas de gestão escolar do Paraná e no Brasil entre os anos de 1980 e 2006.**

Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT2%20PDF/UMA%20AN%C1LISE%20DAS%20POL%C3%93TICAS%20DE%20GEST%C3%93ESCOLAR%20NO%20PARAN%C1%20E%20NO%20BRASIL.pdf. Acesso em: 31 Out. 2012. p. 15.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO ATUAL CONTEXTO SOCIAL

A partir de 1985, com a democratização do país, houve eleição de uma nova Assembleia Nacional Constituinte. Um novo parlamento deveria fazer a Nova Magna Carta, deixando de lado a precedente Constituição do Brasil, que servia até então apenas a interesses momentâneos e particulares dos generais presidentes.

Então, o país ganhou uma nova Constituição, em 1988. Na carta Magna de 1988, a Educação não foi mencionada apenas em um tópico específico, mas sim espalhada entre outros tantos tópicos. A Educação apareceu assim, como um direito social, junto da saúde, do trabalho, da segurança (Art. 6º), e também no capítulo sobre a família, a criança, o adolescente, o idoso. A constituição afirmou, desse modo, que a Educação deve ser tratada com prioridade pela família, pela sociedade, e pelo Estado. Neste sentido, a Educação ficou mencionada na Constituição como algo que deveria visar o pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Neste mesmo sentido, em capítulo próprio destinado a educação na Constituição Federal de 1988, o artigo 206¹⁸ desta constituição traçou os princípios básicos do ensino, sendo eles:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: **I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.**

A nova Constituição, porém, não tinha condições de legislar por si só no campo da Educação. Então, a própria Constituição determinou que se elaborasse uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN).

A LDBN resultou de uma intensa luta. Diversas entidades sociais se

¹⁸ Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

reuniram por vários momentos, criando versões de uma LDBN a seu agrado, com interesses particulares diversos, porém, sempre convergentes em relação a defesa do ensino público e gratuito. Entretanto, a LDBN resultante não foi esta, mas sim uma mescla entre o projeto que ouviu os setores da população e o do Senador Darcy Ribeiro.

Segundo Paulo Ghiraldelli Jr¹⁹ a LDBN apresentou três marcos importantes para a estrutura educacional brasileira, sendo ele:

1) o alargamento do significado de educação para além da escola; 2) uma concepção também mais ampliada de educação básica, nela incluindo o ensino médio; 3) como consequência do anterior, a caracterização do ensino médio como etapa final da educação básica, responsável por consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos pelo educando no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos, a inserção no mundo do trabalho, bem como o exercício da cidadania. O ensino Médio foi considerado, ainda, como o responsável pelo aprimoramento do educando como pessoa humana e pela promoção da compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos.

Houve muitas críticas a esse projeto, que segundo diversos analistas vinham de encontro com interesses do Governo Collor. No entanto, a LDBN, Lei 9.394/96, foi menos catastrófica do que o esperado. Em uma análise geral, nota-se que ela não destoou das outras LDBs.

Assim, de acordo com Paulo Ghiraldelli Junior²⁰, “muitos pontos da LDB de 1996 se apresentaram positivos no sentido da melhoria de certas condições da educação”.

Outro ponto positivo e bastante interessante foi a maneira como a LDB falou sobre o que deve ou não ser ensinado nas escolas. Ela colocou que deveria existir um núcleo comum nas escolas, para todo território nacional, e uma parte diversificada.

Quanto a questões financeiras, a LDB deixou uma série de margens pelas quais as instituições privadas podem carrear recursos públicos a seus cofres. Todavia, o que é notavelmente elogiável, foi que a LDB fixou prazos a União, ao Estado e aos Municípios para repasse de recursos para a Educação, de modo que, se não se obedecesse a tais prazos, estariam incorrendo em crime. Além disso, a

¹⁹ GHIRALDELLI JR, op. cit., p 278.

²⁰ Ibid., p. 172.

LDB estabeleceu o que pode ser considerado despesa para o ensino, colocando, dessa forma, um fim a prática comum de colocar sobre o título de “despesas com a Educação” qualquer evento nas esferas do poder político.

Outro ponto foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Todavia, o Fundo não rendeu os frutos que poderia, pois devido a algumas modificações feitas na Constituição de 1988, a União se viu livre de certas obrigações financeiras.

Por fim, a LDB firmou que para ser professor, no Brasil, era necessária formação de nível superior. Porém, quanto aos professores da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental, a LDB manteve a Pedagogia e gerou um substituto para a habilitação magistério. Possibilitou assim, a criação de institutos superiores de educação. Esses institutos poderiam atuar de três maneiras: primeiro, oferecendo o curso Normal superior; segundo, poderiam fornecer formação pedagógica para graduados que quisessem se dedicar a educação básica; e terceiro, se responsabilizariam pela formação continuada de profissionais que já atuam na área do ensino.

Também pode-se ponderar a respeito da aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE) pela Câmara dos Deputados, recentemente, que destina uma verba de 10% do PIB (produto interno bruto) à educação, cabendo, agora, ao Senado aprová-lo. “Esse era o ponto mais polêmico do projeto, após muitas negociações o relator apresentou um índice de 8% do PIB, acordado com o governo. Mas parlamentares ligados à educação e movimentos sociais pressionavam pelo patamar de 10%”²¹.

A possível aprovação definitiva (pelo Senado) deste Plano Nacional da Educação corresponderia a considerável evolução e progresso em termos de legislação educacional, pois certamente tal lei (se aprovado o projeto) traria inegáveis contribuições no campo da educação, desde a corpo docente até estrutura, funcionários, alunos e a sociedade como um todo.

²¹ BRASIL, Agência. Disponível em: < <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2012/06/26/camara-aprova-plano-nacional-de-educacao-com-destinacao-de-10-do-pib/>>. 2012. Acesso em: 10 Jul. 2012.

4 CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR EM REGIME 'PSS'

No atual contexto social do Estado do Paraná é possível perceber inúmeros fatores que tem conduzido a atividade docente a uma paulatina precarização, de modo especial, no que tange as condições de trabalho do professor contratado sob o regime PSS, pois referido profissional se vê imerso em um quadro social de descrédito e de profundo esgotamento, refletindo tal situação, conseqüentemente, na educação.

Neste ponto ressalta José Manuel Esteve Zaragoza²² que,

Independentemente das tensões geradas no contexto social na qual se exerce a docência, encontramos outra série de limitações que atuam diretamente sobre a prática cotidiana, limitando a efetividade da ação do professor e constituindo-se em elementos que acabam contribuindo para o mal-estar docente a médio e longo prazo. Em geral, o sistema educativo em seu conjunto sofreu as conseqüências da crise econômica de 1973 que se traduziu em cortes orçamentários de diversos tipos sobre as quantias destinadas à melhoria qualitativa do sistema de ensino. De um ponto de vista quantitativo poder-se-ia argumentar com cifras, contra essa ideia, que os orçamentos para a educação não deixaram de aumentar. Isso é correto, mas deveria ser considerada também a perda de poder aquisitivo do dinheiro e o aumento quantitativo de vagas escolares, mantido em nosso país e no qual foi parar boa parte do aumento de recursos. Por outro lado, aumentaram as expectativas dos professores com respeito ao material que desejam dispor (material audiovisual, de reprodução, de laboratório, etc.) em consonância às exigências de uma renovação de ensino da qual eles são considerados responsáveis. O mesmo se poderia afirmar se nos referirmos aos recursos humanos.

Neste prisma, cabe destacar que com o passar dos anos, de umas décadas para cá, aumentaram-se significativamente as demandas em torno da educação, fazendo com que o professor se torne o principal responsável pelo desempenho qualitativo do corpo docente a ele incumbido, faltando-lhe, entretanto, recursos suficientes para tal tarefa.

Ainda corrobora para este entendimento, segundo Zaragoza²³, a ideia de que,

O professor está sobrecarregado de trabalho, obrigam-no a realizar uma atividade fragmentária, na qual deve lutar, simultaneamente, e em frentes distintas: deve manter a disciplina suficiente, mas ser simpático e afetuoso,

²² ZORAGOZA, José Manuel Esteve. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Baaeira, São Paulo:EDUSC, 1999, p. 47 e 48.

²³ Ibid., p. 58 e 59.

deve atender individualmente as crianças sobressalentes que queiram ir mais depressa, mas também aos mais lerdos, que têm de ir mais devagar, deve cuidar do ambiente da sala de aula, programar, avaliar, orientar, receber os pais e colocá-los a par dos progressos de seus filhos, organizar diversas tarefas para o centro, atender frequentemente a problemas burocráticos. Conclui-se um número crescente de estudos realizados em países desenvolvidos que mostram que os educadores correm o risco de esgotamento físico e mental sob o efeito de dificuldades materiais e psicológicas associadas a seu trabalho.

Neste sentido pode-se apreender que o trabalho docente tem sofrido, ao longo dos anos, uma paulatina precarização, pois, cada vez mais, se torna notório as dificuldades cotidianas encontradas pelos professores na arte dos seus ofícios.

Analía Soria Batista e Wanderley Codo²⁴ pontuam que,

Como em toda organização destinada à produção de bens (mercadorias) ou serviços existe nas escolas um trabalho como 'dever ser' e o que poderia ser mencionado como 'realidade do trabalho'. O trabalho como dever ser é aquele teorizado, pensado e planejado. Diz respeito aos procedimentos didáticos corretos, os métodos, a utilização criteriosa dos recursos de ensino, diz respeito ao funcionamento da organização escolar, suas normas, à distribuição de cargos e funções. Já a 'realidade do trabalho' nas escolas, que lhe impõe o cotidiano, poderá ser mais ou menos facilitadora da sua atividade como 'dever ser'. Nessa realidade ingressa um conjunto de aspectos que intervêm na configuração do cotidiano escolar, tais como a relação com colegas, como na atualidade o problema da violência, o tipo de gestão adotado, etc. Aspectos todos que em seus desdobramentos aparecerão mediante a relação do trabalhador com seu trabalho. Lembre-se, no entanto, que estamos perante um tipo de profissão, a educação, que demanda do trabalhador estabelecer vínculos afetivo e emocional com o seu trabalho, e por isso, os aspectos da realidade do trabalho.

As condições de trabalho de muitos professores da rede pública de ensino tem se mostrado como verdadeiros desafios, em que professores devem enfrentar, rotineiramente, dificuldades de ministrar aulas em razão de ausência de recursos financeiros suficientes, péssimas infra-estruturas escolares, alunos indisciplinados, carga horária de aulas em excesso, falta de estímulo.

A situação ainda parece piorar se analisarmos, de forma mais específica, as condições de trabalho do professor contratado sob o regime "PSS", pois além de não ser um professor efetivo, se depara com enormes dificuldades no seu trabalho docente.

Neste paradigma, cabe ressaltar que o professor contratado sob o regime "PSS", foco do presente trabalho, merece especial atenção de estudo, porque além

²⁴ CODO, Wanderley (coordenação). **Educação**: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes/Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em educação: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho, 1999, p. 37 – 85, p. 75.

das principais dificuldades encontradas no trabalho docente comum, este sujeito se submete a condições de trabalho ainda mais onerosas, tais como a instabilidade profissional (regime de trabalho temporário), falta de estímulo por não possuir quadro de carreira, ausência de identidade com a instituição que leciona, corpo docente e discente, dentre outros fatores.

O professor contratado sob o regime “PSS” é condicionado a um trabalho fragmentado e temporário, pois recebe uma determinada carga horária de horas-aulas para serem ministradas em diferentes escolas, não possuindo assim, autonomia para se fixar e permanecer em determinado colégio (conforme seu interesse e vontade) ou possuir vínculos com a administração e com o corpo discente, assim como é, também, com outros professores que possuem uma disciplina com a carga horário reduzida.

Tal fato apenas corrobora para a criação de um professor desvinculado dos objetivos da escola, da comunidade e dos alunos, pois já que não pode permanecer nela também não tem interesse em conhecer de suas causas, metas, dificuldades e objetivos. O professor sob-regime “PSS” não cria uma identidade com o colégio que leciona.

A baixa remuneração também tem sido, constantemente, objeto de críticas ao trabalho dos professores sob contrato “PSS”, pois tais professores sofrem em sua atividade profissional, conseqüentemente, uma desqualificação que os desestimulam a prática docente, fazendo-os encarar tal profissão, muitas vezes, sem vontade de se especializar ou se aprofundar, sem preparos de aulas, sem ânimos de ensinar e avaliar, restando como já asseverava Zaragoza, um professor esgotado, com ‘mal-estar’.

No Estado do Paraná, de modo mais específico, os professores contratados sob o regime “PSS” recebem de vencimentos uma quantia média de 918,59²⁵ reais (com carga horária de 20 horas semanais e devendo possuir licenciatura plena), ao passo que um professor concursado com as mesmas qualificações pode receber até 1423,70²⁶ (por 20 horas semanais e na 11^o classe).

²⁵ Dados obtidos no site da Secretaria de Estado de Educação do Paraná, Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pss/tabela_vencimentos_maio2012.pdf>. Acesso em: 23 Jun. 2012.

²⁶ Disponível em: <<http://adjcomunicacao.files.wordpress.com/2011/12/tabelas-salariais-magisterio-pr583.jpg>>. Acesso em: 23 Jun. 2012.

Estes dados estão diretamente relacionados ao que aponta José Carlos Libâneo²⁷, ao afirmar que,

São reiteradas as demandas pela ampliação dos recursos financeiros para todos os níveis e modalidades de ensino. Há um volume considerável de investigações sobre a situação dos salários e das condições de trabalho e formação dos professores. Outros estudos têm mostrado a crescente inquietude dos professores sobre como conseguir a motivação dos alunos ou como conter atos de indisciplina.

Outro fator que, igualmente, precariza o trabalho do professor sob regime “PSS” diz respeito à completa falta de autonomia que ele pode ter em sala de aula, pois, muitas vezes, professores com contrato “PSS” são chamados para cobrir ausências de outros professores durante o semestre letivo, devendo tão somente se ater a dinâmica do professor anterior.

Segundo as autoras Solange Mary Moreira Santos e Maria José Oliveira Duboc²⁸, para Paulo Freire a autonomia está intimamente articulada à “ideia de ser humano, de ‘Ser Mais’, ou seja, de uma busca permanente e consciente de ser e de estar no mundo, conquistando uma liberdade que o liberte do individualismo, em direção à vida em comunhão com o outro”.

Também se pode observar, ainda, que o professor em regime “PSS” é usualmente “marginalizado” por seus pares, no sentido de que, pelo fato de ser um ‘professor pss’ e, portanto, desvinculado da escola que leciona, é visto apenas como um professor temporário e não pertencente ao corpo docente da instituição escolar.

Para José Carlos Libâneo²⁹

desse modo, a redução da educação ao estatuto de mercadoria resultante do neoliberalismo ameaça o homem em seu universalismo humano, em sua diferença cultural e em sua construção como sujeito. Com isso, aumentam

²⁷ LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira**: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>>. Acesso em: 11 Jun. 2012, p. 19.

²⁸ SANTOS, Solange Mary Moreira & DUBOC, Maria José Oliveira. **A profissionalidade e a articulação dos saberes e a autonomia no exercício da profissão docente**. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22 - setembro 2005. Disponível em: <http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais/A%20PROFISSIONALIDADE%20E%20A%20ARTICULA%C3%87%C3%83O%20DOS%20SABERES%20E%20A%20AUTONOMIA%20NO%20EXERC_.pdf>. Acesso em: 25 Jun. 2012., p. 7.

²⁹ LIBÂNEO, op. cit., p. 23.

os índices de escolaridade, mas se agravam as desigualdades sociais de acesso ao saber, pois à escola pública é atribuída a função de incluir populações excluídas ou marginalizadas pela lógica neoliberal, sem que os governos lhe disponibilizem investimentos suficientes, bons professores e inovações pedagógicas.

Enfim, torna-se perceptível apreender que são diversos os fatores que tem levado o trabalho do professor sob contrato PSS a seu esgotamento, sendo a ausência de políticas públicas educacionais adequadas o seu principal motivo, pois o referido professor se depara com situações fáticas de trabalho que o desestimula, e o reflexo desse ‘mal-estar’ docente reflete diretamente nos níveis da educação.

4.1 Precarização da atividade docente e alguns dados quantitativos

Vários fatores tem conduzido a atividade docente a sua paulatina precarização, inviabilizando a valorização do professor, a melhoria do sistema de ensino e, conseqüentemente, da educação. A sociedade como um todo mergulha nos prejuízos de uma educação relegada, esquecida e abandonada, fruto de ausência de investimentos e políticas públicas eficientes por parte dos governantes.

Entre os diversos motivos que são, constantemente, alvos de debates e discussões acaloradas sobre o esgotamento docente, podemos citar a falta de valorização profissional (baixos vencimentos), de infra-estrutura, de corpo docente suficiente e permanente.

A situação toma especial relevo quando se trata de professor contratado sob o regime “PSS”, pois, conforme dito em linhas anteriores, tal professor se encontra em condições de trabalho ainda mais onerosas e desestimulantes, conduzindo-o para o ‘mal-estar’ docente e para uma precarização de seu trabalho.

No Estado do Paraná, de modo mais específico, segundo levantamento estatístico, há cerca de 22.014³⁰ professores contratados sob regime especial (PSS), tendo-se como referência apenas o mês de Junho de 2012. Se tomarmos como referência o mês de Novembro de 2011- final do semestre letivo – temos como parâmetro um número expressivo de 25.376³¹ professores sob o regime de trabalho

³⁰ Site Oficial da Secretária de Educação do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/frame_geralprofcargo.jsp?mes=06&ano=2012>. Acesso em: 14 Ago. 2012.

³¹ Site Oficial da Secretária da Educação do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/frame_geralprofcargo.jsp?mes=11&ano=2011>. Acesso em: 14 Ago. 2012.

PSS, de um total de 108.264³² professores, representando 23,4% do quadro total de professores de todo o Estado do Paraná.

Isto é o que se observa da tabela de cargos/professores disciplinada no site oficial da Secretária da Educação do Estado do Paraná³³, de acordo com cada município que compõe o Estado, abaixo transcrita para melhor análise no quadro geral de professores em todo o Estado do Paraná:

Tabela 1 – Cargos e regimes de professores

Totais de Professores/Especialistas do Estado por Cargo

Fonte: SAE
Mês de Referência: Novembro / 2011

Núcleo Regional de Educação	Total de Cargos	Cargos								
		QPM-P	QPM-E	QUP	SC02	TF57-L	PEPR	PEPE	REPR	REPE
01 - APUCARANA	3502	1842	152	1	676				740	91
02 - AREA METROP.NORTE	5603	2504	218	5	1206		1		1419	250
03 - AREA METROP.SUL	6013	2719	328	3	1233				1560	170
04 - ASSIS CHATEAUBRIAN	1190	618	53	1	241				253	24
05 - CAMPO MOURAO	2983	1487	171		626				635	64
06 - CASCAVEL	4851	2317	284	1	933				1211	105
07 - CIANORTE	1758	890	91		361				382	34
08 - CORNELIO PROCOPIO	3016	1532	207		608				609	60
09 - CURITIBA	14498	7430	918	8	2760			1	3181	200
10 - DOIS VIZINHOS	1086	555	59		206				247	19
11 - FOZ DO IGUACU	3778	1768	147		841				919	103
12 - FRANCISCO BELTRAO	3357	1710	169	1	726				684	67
13 - GOIOERE	1417	706	63	2	277				340	29
14 - GUARAPUAVA	2681	1310	149	2	529				628	63
15 - IRATI	2001	964	111	1	380				493	52
16 - IVAIPORA	2353	1127	88	4	456				621	57
17 - JACAREZINHO	2754	1400	200	2	545				567	40
18 - LONDRINA	7710	3791	430	3	1518				1834	134
19 - MARINGA	6475	3429	494	1	1323				1198	30
20 - LOANDA	1366	697	68		280				301	20
21 - PARANAGUA	2811	1346	166	2	591	1			649	56
22 - PARANAVAI	2420	1247	142		472				536	23
23 - PATO BRANCO	3042	1390	134	5	596				827	90
24 - PITANGA	1235	569	44	1	224				354	43
25 - PONTA GROSSA	5368	2570	343	2	1136				1191	126
26 - TELEMAGO BORBA	1702	724	64		288				556	70
27 - TOLEDO	3688	1864	164	4	733			1	842	80
28 - UMUARAMA	3028	1541	184		556				703	44
29 - UNIAO DA VITORIA	2083	973	89	2	435				539	45
30 - WENCESLAU BRAZ	1363	594	67		236				426	40

³² Idem.

³³ Site Oficial da Secretária de Educação do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/frame_geralprofcargo.jsp?mes=11&ano=2011>. Acesso em: 14 Ago. 2012.

31 - LARANJEIRAS DO SUL	1837	759	73	1	326				604	74
32 - IBAITI	1295	651	61		222				327	34
Total do Estado	108264	53024	5931	52	21540	1	1	2	25376	2337

Descrição dos Cargos:

- QPM-P - PROFESSORES DO QUADRO PROPRIO MAGISTERIO
- QPM-E - ESPECIALISTAS DO QUADRO PROPRIO MAGISTERIO
- QUP - PROFESSORES DO QUADRO UNICO DE PESSOAL
- SC02 - PROFESSORES COM AULAS EXTRAORDINARIAS
- TF57-L - PROF. DE 5/8 E 2.GRAU - LEI N. 10219/92
- PEPR - PROF.CONTRATADOS PELO PARANAEDUCACAO
- PEPE - PARANAEDUCACAO - PEDAGOGOS
- REPR - REGIME ESPECIAL - PROFESSOR
- REPE - REGIME ESPECIAL - PEDAGOGO

FONTE: SEED

Neste sentido, cumpre salientar que, conforme nos possibilita a tabela acima, é notório compreender que o quadro de professores contratados sob o regime PSS no Estado do Paraná tem sido expressivo e significativo, aumentando crescentemente, inclusive, nos últimos anos.

As regiões que concentram os maiores números desses professores de regime PSS são, obviamente, a capital e os maiores centros metropolitanos, isto é, Curitiba (com 3.181 professores), Londrina (com quase 2.000 professores), Maringá (com 1.198), dentre alguns outros.

No caso em tela, segundo análise do quadro posto acima, é possível constatar que há em Curitiba um total de 21,94% de professores contratados sob regime PSS, 23,78% de professores em regime PSS no município de Londrina e 18,5% destes professores na cidade de Maringá. Tais números, quando postos à evidência, impressionam pela quantidade de professores que são contratados sob um regime precário de trabalho, evidenciando-se, assim, as causas da precarização docente.

Em uma análise quantitativa, como esta, se torna cristalino a percepção dos motivos que tem conduzido o trabalho docente a seu esgotamento, pois são significativos os números de professores trabalhando sob o regime PSS no Estado do Paraná, em vínculos temporários, com salários estagnados (pois por não serem servidores efetivos não possuem plano de carreira, não podendo progredir na categoria profissional) e sem estímulos para se dedicar a lecionar.

Na tabela abaixo³⁴ é possível verificar, também, a quantidade de horas-aulas semanais que tais professores desempenham no sistema escolar do Estado do Paraná, observando de que modo se dá o vínculo deles com as instituições escolares, isto é, se frágeis ou não.

Tabela 2 – Vínculo e carga horária dos professores

Totais de Cargos para o Vínculo REPR - REG.ESP.- PROF.

Fonte: SAE
Mês de Novembro / 2011
Referência:

REGIME ESPECIAL - PROFESSOR						
Carga Horaria Semanal	Total de Cargos	Licenciaturas				
		PC	PD	PF		
1 HORA	8			8		
2 HORAS	72	6		66		
3 HORAS	76	12		64		
4 HORAS	388	65	1	322		
5 HORAS	72	10		62		
6 HORAS	286	41		245		
7 HORAS	113	12		101		
8 HORAS	680	121	3	556		
9 HORAS	185	17		168		
10 HORAS	388	48	1	339		
11 HORAS	170	16		154		
12 HORAS	938	157		781		
13 HORAS	209	16		193		
14 HORAS	493	71		422		
15 HORAS	375	53	1	321		
16 HORAS	3654	544	7	3103		
17 HORAS	299	37	3	259		
18 HORAS	928	110	2	816		
19 HORAS	417	37	1	379		
20 HORAS	1615	219	4	1392		
21 HORAS	286	23	1	262		
22 HORAS	616	69	3	544		
23 HORAS	326	26		300		
24 HORAS	1123	136	3	984		
25 HORAS	387	41	1	345		
26 HORAS	813	73		740		
27 HORAS	409	39		370		
28 HORAS	1353	134	3	1216		
29 HORAS	518	36	1	481		
30 HORAS	1300	113	1	1186		
31 HORAS	1100	66	2	1032		
32 HORAS	5791	391	8	5392		
33 HORAS	12			12		

³⁴ Site Oficial da Secretária Estadual da Educação do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/frame_geralcargos.jsp?mes=11&ano=2011&Vinc=REPR - REG.ESP.- PROF.>. Acesso em: 14 Ago. 2012.

34 HORAS	17			17
35 HORAS	12	1		11
36 HORAS	41	1		40
37 HORAS				
38 HORAS	1			1
39 HORAS				
40 HORAS	8	1		7
41 HORAS				
42 HORAS				
43 HORAS				
44 HORAS				
Total do Vínculo no Estado	25479	2742	46	22691

FONTE: SEED

Da tabela acima é possível notar algumas situações que merecem ser ponderadas. Primeiramente, a quantidade de professores que trabalham abaixo de 20 horas semanais é expressiva e preocupante, pois na medida em que tais professores trabalham em número reduzido de horas semanais, abaixo do mínimo comumente estabelecido, resta prejudicada a identidade e o vínculo que tal professor cria com a escola (instituição escolar), o corpo docente e discente. Em segundo lugar, pouquíssimos professores conseguem pegar o limite de carga horária semanal (40 horas/s), evidenciando o desgaste significativo dos docentes por um número excessivo de horas-aulas.

Outro ponto de relevância a ser observado é no que tange aos vencimentos dos professores contratados em regime PSS, conforme dito precedentemente, pois tais docentes, em comparação com o quadro dos efetivos, recebem um salário desproporcional, estagnado e fixo.

Os dados abaixo³⁵ demonstram os valores referentes a vencimentos de tais professores sob regime PSS em comparação com o plano de carreiras³⁶ dos professores efetivos da rede Pública de Ensino:

Tabela 3 – Vencimentos de professores contratados sob regime PSS

VIGÊNCIA MAIO/2012 (AUMENTO 5,1%)
PROFESSOR PSS

³⁵ Site Oficial da Secretária da Educação do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pss/tabela_vencimentos_maior2012.pdf>. Acesso em: 16 Ago. 2012.

³⁶ Site Oficial da Associação de País e Professores (APP). Disponível em: <<http://www.appindicato.org.br/>>. Acesso em: 20 Ago. 2012..

AULAS SEMANAIS	AULAS MENSAIS	REPR LP	REPR LC	REPR SL	AUX. TRANSP.
		10,2066	7,6551	7,1446	13,3988
1	4,5	45,93	34,45	32,15	13,40
2	9	91,86	68,90	64,30	26,80
3	13,5	137,79	103,34	96,45	40,20
4	18	183,72	137,79	128,60	53,60
5	22,5	229,65	172,24	160,75	66,99
6	27	275,58	206,69	192,90	80,39
7	31,5	321,51	241,14	225,05	93,79
8	36	367,44	275,58	257,21	107,19
9	40,5	413,37	310,03	289,36	120,59
10	45	459,30	344,48	321,51	133,99
11	49,5	505,23	378,93	353,66	147,39
12	54	551,16	413,38	385,81	160,79
13	58,5	597,09	447,82	417,96	174,18
14	63	643,02	482,27	450,11	187,58
15	67,5	688,95	516,72	482,26	200,98
16	72	734,88	551,17	514,41	214,38
17	76,5	780,80	585,62	546,56	227,78
18	81	826,73	620,06	578,71	241,18
19	85,5	872,66	654,51	610,86	254,58
20	90	918,59	688,96	643,01	267,98
21	94,5	964,52	723,41	675,16	281,37
22	99	1010,45	757,85	707,32	294,77
23	103,5	1056,38	792,30	739,47	308,17
24	108	1102,31	826,75	771,62	321,57
25	112,5	1148,24	861,20	803,77	334,97
26	117	1194,17	895,65	835,92	348,37
27	121,5	1240,10	930,09	868,07	361,77
28	126	1286,03	964,54	900,22	375,17
29	130,5	1331,96	998,99	932,37	388,57
30	135	1377,89	1033,44	964,52	401,96
31	139,5	1423,82	1067,89	996,67	415,36
32	144	1469,75	1102,33	1028,82	428,76
33	148,5	1515,68	1136,78	1060,97	442,16
34	153	1561,61	1171,23	1093,12	455,56
35	157,5	1607,54	1205,68	1125,27	468,96
36	162	1653,47	1240,13	1157,43	482,36
37	166,5	1699,40	1274,57	1189,58	495,76
38	171	1745,33	1309,02	1221,73	509,15
39	175,5	1791,26	1343,47	1253,88	522,55
40	180	1837,19	1377,92	1286,03	535,95

FONTE: SEED

Tabela 4 – Vencimentos de professores com vínculo efetivo

<i>Tabela de Vencimentos dos Professores - Jornada 20 horas - ATUALIZADA COM 5,10% - MAIO/2012</i>												
	NÍVEIS	Classes										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PDE	Nível III	1.963,90	2.062,09	2.165,51	2.273,46	2.387,14	2.506,49	2.631,81	2.763,40	2.901,57	3.046,65	3.198,98
Especialização	Nível II	1.148,25	1.205,67	1.265,94	1.330,29	1.395,71	1.465,49	1.538,76	1.615,70	1.696,48	1.781,31	1.870,38
Lic. Plena	Nível I	918,61	964,53	1.012,75	1.063,39	1.116,56	1.172,39	1.231,02	1.292,56	1.357,19	1.425,05	1.496,31
Lic. Curta	Nível Esp. III	780,82	819,86	860,85	903,89	949,10	996,55	1.046,38	1.098,69	1.153,63	1.211,31	1.271,88
Lic. Curta	Nível Esp. II	688,95	723,40	759,57	797,55	837,43	879,30	923,26	969,43	1.017,89	1.068,79	1.122,24
Magistério	Nível Esp. I	643,01	675,16	708,92	744,37	781,59	820,67	861,70	904,78	950,03	997,53	1.047,41
Mensalidade APP: R\$ 28,94		Auxílio transporte: 24% do Nível I - Classe 5 (art. 26) - R\$ 267,97										

FONTE: Site Oficial da Associação de País e Professores (APP)

Neste sentido, pode-se analisar que os vencimentos de referidos professores contratados sob regime PSS podem chegar a um montante de até 1837,19 (com 40 horas/semanais) ao passo que, um professor efetivo, de acordo com um plano de carreira, pode chegar a vencimentos de até 6.0397,96 (professor PDE, de classe 11, com 40 horas/semanais), em que pese ser referida progressão de grande dificuldade e de significativo tempo de serviço para ser alcançada.

Nota-se assim, de modo cristalino, que resta evidente as condições de trabalho de um professor contratado sob o regime PSS, possuindo um salário fixo, estagnado e sem estímulos para ascensão profissional dentro da carreira profissional escolhida, resultante de políticas públicas inadequadas e ineficazes.

Portanto, não há dúvidas de que Políticas Públicas educacionais são fundamentais para a melhoria das condições de trabalho do professor e, corolariamente, para a educação pública. Pois, conforme amplamente demonstrado no presente tópico, várias situações tem conduzido a educação e a atividade docente a sua paulatina precarização, desde vencimentos do referido professor até a ausência de infraestrutura de base.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS COMO INSTRUMENTO DE MELHORIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

As políticas públicas, objeto de estudo do presente trabalho, representam um conjunto de atos, metas e programas governamentais que visam incrementar manobras de investimentos públicos, a fim de garantir uma eficaz prestação de serviços públicos à sociedade.

Questões inerentes às políticas públicas estão ligadas diretamente ao Poder Executivo e Legislativo, sendo eles os órgãos legitimados a tomada de iniciativa para criação, instituição e execução de referidas políticas. Quando bem elaboradas e executadas, tais políticas públicas produzem um bom resultado, contudo, do contrário, representam apenas prejuízos a sociedade e aos cofres públicos.

As políticas públicas representam um conjunto de atos desencadeados pelo Estado, com o escopo de atender determinados setores da sociedade. Dito de outro modo, por políticas públicas se entende o conjunto de atos, planos, metas e programas do Estado, representado pelos atores políticos eleitos, que visam atender as demandas e anseios da sociedade.

Para Adão Francisco de Oliveira³⁷;

Se políticas públicas são tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais são tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.

Neste sentido, pode-se compreender que por políticas públicas devemos entender a intervenção do Estado no campo educacional, com a finalidade de implementar metas, programas e incentivos à educação, garantindo a melhoria do sistema de ensino.

Para Maria Elizabete Londero Mousquer e Neila Pedrotti Drabach³⁸,

³⁷ OLIVEIRA, op. cit., p. 5.

³⁸ MOUSQUER, Maria Elizabete Londero; DRABACH, Neila Pedrotti. **A visão das políticas públicas educacionais a partir dos sujeitos em diferentes lugares sociais**: As mudanças na educação pública do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/879_684.pdf. Acesso em: 29 Ago. 2012, p. 9.

As políticas educacionais, nessa perspectiva, expressam a multiplicidade e a diversidade da política educacional em um dado momento histórico. Dizem respeito a áreas específicas de intervenção, daí porque se fala em políticas de educação infantil, de educação básica, educação superior, etc. Cada uma delas, por sua vez, pode se desdobrar em outras. Isto quer dizer que, a depender do ponto de vista de onde se examina uma determinada esfera de intervenção estatal, a relação entre o todo e as partes se modifica, na proporção direta do que é maior ou menor nos diferentes campos de atividade.

Deste modo, realizada uma primeira introdução ao tema inerente as políticas públicas educacionais, deve-se ponderar que referidas políticas são a base e o alicerce de sustentação de uma determinada sociedade, de tal modo que somente através delas podemos buscar meios plausíveis de soluções de problemas encontrados no sistema escolar, seja em relação as condições de trabalho do professor, seja em relação a precarização da educação.

Ademais, nossos governantes, eleitos democraticamente pelo povo como representantes destes, deveriam propor políticas públicas que contribuíssem significativamente para educação, razão pela qual traçamos a seguir alguns planos e matas que poderiam colaborar para tal objetivo.

Primeiramente, ponto primordial e de extrema relevância é no que tange a contratação de profissionais em educação por meio de concursos públicos e não mais por meio de testes seletivos, como vem sendo realizado no Estado do Paraná, para a contratação de professores em regime PSS, pois faticamente tal professor desempenha função precária e desestimulante, pelas várias razões que já se expôs anteriormente.

Ponto que também merece destaque é no que tange a valorização do profissional da educação, seja através de cursos de aperfeiçoamento, seja através de aumento de vencimentos.

A atividade docente é função que necessita de uma constante preparação, estudo e aperfeiçoamento profissional, razão pela qual se faz necessário a devida intervenção do governo, através de políticas públicas, que assegurem aos professores uma correta e adequada atualização e aprofundamento profissional.

Quanto aos salários de profissionais da docência, cabe destacar que a reforma de uma sociedade como um todo se realiza pela educação, devendo ela ser o núcleo de atenção dos governantes. Se buscamos uma educação de qualidade para as presentes e futuras gerações, devemos iniciar pela mudança de base, onde

se encontra o professor.

Assim, não basta que exista um plano de carreira, como de fato existe hoje para referidos profissionais, mas é necessário que tal profissional se sinta motivado e incentivado, do ponto de vista econômico, a continuar na carreira (não só por amor), devendo seus vencimentos serem verdadeiros estímulos ao ingresso e permanência na carreira docente.

Ponto não menos relevante é o pertinente à infraestrutura escolar, pois as condições escolares na qual o professor e os alunos são imersos refletem diretamente na qualidade da educação. Se deveria haver um investimento, também por meio de políticas públicas, que assegurassem aos alunos, professores e a sociedade como um todo, uma reforma nas condições físicas de trabalho de citados sujeitos, seja em ambientes mais confortáveis, materiais de apoio a professores e alunos (como xerox, livros didáticos atualizados e aprofundados), salas com recursos audio-visuais bons, etc.

Portanto, deve-se ponderar que para a melhoria da educação, assim como das condições de trabalho do professor, é necessário uma verdadeira reforma, que se realiza através de políticas públicas eficazes, na qual os representantes do povo, eleitos por estes, devem instituir, implementar e fiscalizar denominadas políticas públicas educacionais com vistas a atender aos anseios sociais e aos ideais e valores de educação de uma sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se perceber pela presente pesquisa que as políticas públicas educacionais contribuem, imensuravelmente, para a melhoria da educação se efetivamente bem utilizadas pelos governantes.

A questão referente a problemática das condições de trabalho do professor contratado sob o regime do Processo Seletivo Simplicado (PSS) é tema que ainda merece atenção e debate, pois, certamente, referido professor encontra-se em situação de precarização, desvalorização e desmotivação, devendo nossos representantes políticos adotarem medidas (políticas públicas educacionais) que visem incrementar melhorias na profissão docente.

A situação educacional brasileira, em especial no Paraná, conforme ampla pesquisa quantitativa (capítulo 4.1), demonstrou cristalinamente que o nosso Estado depende, imprescindivelmente, de políticas públicas educacionais que garanta um mínimo condicional a categoria profissional docente, isto é, somente através de referidas políticas é que será possível uma melhoria na educação e nas condições de trabalho de nossos professores.

Tal estudo se debruçou sobre a árdua tarefa de observar, analisar e compreender os efeitos e necessidades das políticas públicas educacionais na melhoria da educação e das condições de trabalho do professor, especialmente o professor contratado em regime PSS, para propor possíveis soluções e projetos teórico-prático para beneficiamento da sistema educacional no Estado do Paraná.

Foi possível constatar, faticamente, que os professores contratados em regime PSS representam grande e significativa parcela do corpo docente no nosso Estado e que, por uma série de motivos (salários, ausência de identidade com o colégio, corpo docente, administrativo e discente), tais professores se encontram em situação de 'esgotamento'.

A precarização das condições de trabalho do professor de regime PSS reflete, diretamente, na educação, pois estes professores são conduzidos a uma situação de 'mal-estar docente' e de desestímulo, por ausência de políticas públicas educacionais eficazes e necessárias.

Também se pode relevar que a infraestrutura escolar contribuí, ao seu modo, para a piora do sistema escolar, pois as estruturas físicas não condizem com as necessidades educacionais adequadas nem dos alunos, nem dos professores.

Ademais, cabe destacar que as políticas públicas são instrumentos essenciais e fundamentais, de manuseio obrigatório por nossos representantes, em suas diversas esferas (federal, estadual e municipal), para garantia de um mínimo existencial em termos de educação.

Isto é, as políticas públicas educacionais constituem-se pelo conjunto de ações, metas e programas, na qual, quando adequadamente instituídas e executadas pelos governos contribuem sobremaneira para a melhoria e aperfeiçoamento da educação.

De todo modo, deve-se pontuar que o Estado Democrático e Social de Direito que elegemos não se coaduna com a precarização da educação e a desvalorização profissional do docente, sendo direito de todos e dever do Estado, inclusive, segundo expressa previsão Constitucional, uma educação pública de qualidade e uma constante valorização do profissional de ensino.

Tais valores fundamentais, criados e tutelados pela nossa sociedade, calcados nos pilares da democracia, da justiça social e do bem estar, estão diretamente entrelaçados com o ideal de uma educação boa, preservando-se a relação de ensino-aprendizagem e de valorização profissional para as presentes e futuras gerações.

Certamente, tais ideais sociais almejados se realizam, no plano fático, através das denominadas políticas públicas educacionais, por meio de representantes políticos, constituídos democraticamente pelo povo, na qual, correspondem ao plano de metas e programas educacionais buscado por todos e mantido pelo Estado, devendo este ser o legítimo protetor e zelador da educação.

Portanto, esta pesquisa obteve proveitosos resultados no sentido de apontar que as políticas públicas, quando efetivamente bem utilizadas, constituem-se em verdadeiros instrumentos que visam assegurar a melhoria da educação, do sistema escolar e da valorização profissional, cabendo ao Estado, por intermédio de representantes políticos, proceder a correta e eficaz edição de tais medidas visando, sempre, o interesse social.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/balanconeolib.html>>. Acesso em: 13 Maio 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação**. Brasília: Senado Federal, 1996.

CODO, Wanderley (coordenação). **Educação**: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes/Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em educação: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho, 1999.

CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. “**Gestão Democrática**” da escola: algumas reflexões. In: HIDALGO, Angela Maria; SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **Educação e Estado**: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90., Londrina: Ed. UEL, 2001. p. 203 – 234.

DRABACH, Neila Pedrotti. **A visão das Políticas Públicas Educacionais a partir dos sujeitos em diferentes lugares sociais**: as mudanças na educação pública do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/879_684.pdf>. p. 9. Acesso em: 29 Ago. 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no governo Lula**: um percurso histórico controverso. 2005.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano; SALLES, Fernando Casadei. Trabalho docente na era das incertezas. In: TUMULO, Paulo Sergio; BATISTA, Roberto Leme. (org.)

Trabalho, economia e educação: perspectivas do capitalismo global, Maringá: Práxis, 2008, p. 463.

KUENZER, Acacia Zeneida. As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrando. **Educação & sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro/99.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira:** escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>>. Acesso em: 11 Jun. 2012.

MICHELON, Edimor Antonio & ZANARDINI, Isaura Monica Souza & ROSA, Marcia Sabina. **Uma análise das políticas de gestão escolar do Paraná e no Brasil entre os anos de 1980 e 2006.** Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT2%20PDF/UMA%20AN%20LISE%20DAS%20POL%20CDTICAS%20DE%20GEST%20C3O%20ESCOLAR%20NO%20PARAN%20E%20NO%20BRASIL.pdf. Acesso em: 31 Out. 2012.

MOUSQUER, Maria Elizabete Londero; DRABACH, Neila Pedrotti. **A visão das políticas públicas educacionais a partir dos sujeitos em diferentes lugares sociais:** As mudanças na educação pública do Rio Grande do Sul. Disponível em:

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais:** conceito e contextualização numa perspectiva didática. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%20ticas-p%20Ablicas-educacionais.pdf>>. Acesso em: 23 Maio 2012.

SANTOS, Solange Mary Moreira; DUBOC, Maria José Oliveira. **A profissionalidade e a articulação dos saberes e a autonomia no exercício da profissão docente.** V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22-setembro 2005. Disponível em: <http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais/A%20PROFISSIONALIDADE%20E%20A%20ARTICULA%20C3%87%20C3%83O%20DOS%20SABERES%20E%20A%20AUTONOMIA%20NO%20EXERC_.pdf>. Acesso em: 25 Jun. 2012.

SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. **O governo Lerner e a crescente precarização da escola pública no Paraná** (1995 – 2002). Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Educacao/eixo4/14marleneluciasiebertsapelli.pdf>. Acesso em: 31 out. 2012.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. Reforma ou Contra-reforma no Sistema de Ensino no Estado do Paraná? Uma análise da meta da igualdade social nas políticas educacionais dos anos 90. In: HIDALGO, Angela Maria; SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90.**, Londrina: Ed. UEL, 2001. p. 127-166

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **História da Educação: A escola no Brasil.** São Paulo: FTD, 1994.

ZORAGOZA, José Manuel Esteve. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores.** São Paulo: EDUSC, 1999.

Site Oficial da Secretaria da Educação do Estado do Paraná. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pss/tabela_vencimentos_maio2012.pdf
>. Acesso em: 23 Jun. 2012.

Disponível em: <http://adjcomunicacao.files.wordpress.com/2011/12/tabelas-salariais-magisterio-pr583.jpg>>. Acesso em: 23 Jun. 2012.